



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Despacho

Assunto: DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 030/2023

Número de referência: CGE-PRC-2023/00003 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Segurança Pública - SSP

UNIDADE: Polícia Civil do Estado de São Paulo

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Pedido de acesso à íntegra dos dados de todos os casos identificados de golpe do tinder e sequestros. Razões de fato para a recusa do acesso pretendido indicadas. Provimento negado.

DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 030/2023

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Polícia Civil do Estado de São Paulo, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em referência.
2. Em resposta e em recurso o órgão se manifestou acerca da impossibilidade do atendimento da demanda e esclareceu que: *"Segundo a lei 13.709/2018, os boletins e registros de investigação possuem dados pessoais e dados sensíveis não sendo possível a divulgação. Caso necessite do quantitativo de um determinado delito é possível obtê-lo, todavia se faz necessário realizar um novo pedido SIC para que possamos atendê-lo."* Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo revisional a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Em análise do caso concreto, verifica-se que o órgão indicou as razões de fato da recusa do acesso pretendido, em conformidade com as disposições legais vigentes, em especial a proteção de documentos, dados e informações pessoais a que se refere o artigo 35 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012.
4. Assiste razão ao ente que negou o acesso as informações pessoais, que potencialmente violam a intimidade, honra, vida privada e imagem das pessoas identificadas ou identificáveis, cujo acesso aos referidos documentos, deve ser restrito, conforme previsto no art. 27 a 28 da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informações - LAI).
5. Nesse sentido, vale lembrar que o direito à informação não é absoluto, uma vez que determinadas informações são restritas ou revestidas de alguma forma de sigilo, notadamente aquelas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e cabe ao Poder Público controlar o acesso e a divulgação de informações sigilosas produzidas ou acumuladas por seus órgãos e entidades, assegurando a sua proteção (art. 25, LAI) e se responsabilizando pela proteção da restrição de acesso às informações pessoais (art. 31, LAI).
6. Considerando que o órgão indicou as razões de fato para a recusa do acesso pretendido e orientou o solicitante quanto à possibilidade de requerer o quantitativo de um determinado

Classif. documental

006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

- delito, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego provimento**, com fundamento no artigo 11, II, e artigo 31, §1º, II, § 2º e § 3º, da citada Lei federal nº 12.527/2011.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 10 de janeiro de 2023.

Antonio Carlos Santa Izabel
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público